

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O "ESTADO-REGIÃO" RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO REGIONALISMO "OFICIAL" (E DO NÃO-OFICIAL) GAÚCHO

Edu Silvestre De Albuquerque

Boletim Gaúcho de Geografia, 23: 23 - 40, março, 1998.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38379>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O “ESTADO-REGIÃO” RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO REGIONALISMO “OFICIAL” (E DO NÃO-OFICIAL) GAÚCHO¹

*Edu Silvestre de Albuquerque **

O desmoronamento da “geopolítica bipolar” representou um desafio à ordem política mundial. Uma das principais consequências tem sido o recrudescimento dos movimentos autonomistas no Ocidente. É assim que o seccionismo redesenhou o mapa da Eurásia ao fragmentar antigos Estados socialistas. É assim que na Europa Ocidental, que experimenta um processo de integração econômica, tem sido desfraldada a bandeira da autonomia regional.

A América Latina também tem experimentado o reavivamento de reivindicações autonomistas de base territorial. Os regimes militares centralizadores deste lado do Atlântico também perderam sua base de sustentação ideológica diante da obsolescência do conceito de “segurança nacional” baseada na “ameaça comunista”. A retomada das eleições diretas e a descentralização fiscal nos países latino-americanos devem ser compreendidas nesse contexto.

No Brasil, as reivindicações autonomistas se fizeram sentir através da força política das bancadas estaduais na elaboração da Constituição de 1988, promovendo uma descentralização fiscal e aprofundando o princípio compensatório na distribuição dos fundos federais. Ainda, as reivindicações regionais têm prosseguido na atualidade através do acirramento da chamada “guerra fiscal” – uma disputa interestadual pela atração de novos investimentos produtivos com base na isenção fiscal – e da presença cada vez mais constante dos governadores na vida política nacional.

Neste artigo, propomos a análise do conteúdo dos movimentos autonomistas no Brasil, incluindo a elaboração de cenários relativos à evolução da “integração nacional”. Para uma análise mais empírica elegemos o Estado do Rio Grande do Sul, tanto por sua longa tradição regionalista como pela recente retomada da bandeira separatista por parte de alguns grupos políticos.

Desenvolveremos este artigo iniciando por uma breve revisão da teoria regional, a fim de avaliarmos as possibilidades de correlação desses autonomis-

¹ Este artigo reúne conclusões parciais da dissertação de Mestrado em andamento “O conceito de região aplicado a Estados Federais: O caso do Rio Grande do Sul”, sob orientação do Prof. Dr. André Roberto Martin.

mos territoriais com a nova dinâmica da economia internacional. Em seguida, buscaremos determinar porque no Rio Grande do Sul o revigoramento da bandeira autonomista parece mais inclinado a seguir a via da repactuação federativa do que a do seccionismo.

1. O CONCEITO DE "ESTADO-REGIÃO"

A pluralidade de conceitos de cultura demonstra que, longe de levar a uma suposta "imprecisão científica", desde que bem sistematizados, pode levar a abordagens diferenciadas acerca de um mesmo objeto. Pensamos que o mesmo ocorre com o conceito de região para a Geografia, ao possibilitar uma riqueza de "leituras" da realidade através de distintos "cortes" na mesma

Esquemáticamente, podemos agrupar os diversos conceitos de região em duas linhas básicas. A primeira considera a região como "função" do mercado, pois a "totalidade" estaria nos processos de regionalização da economia desencadeados ao longo do desenvolvimento capitalista. As "*escalas geográficas*" teriam apenas a função de "...organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital" (SMITH, 1988). Não raro, neste tipo de proposta, o externo ou exógeno aparece sobrevalorado em relação aos processos regionais estritamente internos ou endógenos.²

A segunda linha básica agrupa os conceitos de região que destacam o papel dos regionalismos na formação das regiões e nos processos de regionalização. Regionalismos e processos de regionalização se condicionariam mutuamente ("determinismo dialético"). Assim, reverte-se o pensamento anterior ao se situar o desenvolvimento dos processos de regionalização no próprio interior das formações sociais territoriais. A totalidade ou "subtotalidade" não estaria "fora" da região, mas seria recomposta a partir da própria região.

Coube a SANTOS (1977) a introdução do conceito marxista de formação social na Geografia, estabelecendo uma ponte entre o conceito de modo de produção e as formas espaciais concretas. Mas, se para os Estados nacionais o conceito

² Essa linha de pensamento destaca ao menos duas teses. Uma delas é de que o desenvolvimento regional seria desigual e combinado. A outra é de que cada vez mais as "forças homogeneizadoras" do capital tenderiam a se impor sobre as singularidades regionais (Ver a crítica de MARTINS, 1985). Essas teses levaram muitos geógrafos a anunciar que as regiões desapareceriam quando da maturação do estágio do capitalismo monopolista de Estado. Ainda nessa análise, o regional e o nacional aparecem em segundo plano, porque o econômico é destacado em relação ao político. Em autores desta corrente, como SOJA (1993) e HARVEY (1992), está presente a idéia de que o capital opera uma espacialidade instrumental. Neste sentido, não restam muitas possibilidades de "leitura" das regiões a não ser, obviamente, considerá-las como meras formações sociais reativas a esses movimentos do capital. Esse privilégio aos processos de regionalização exteriores conduz ao risco de concepção do espaço regional como produto de um capital reificado, uma vez descontextualizado social e historicamente. *Apaga-se o capital regional da história, e destitui-se o capital internacional de suas forças sociais (e territoriais) constitutivas!* Hoje, a apreçoada primazia dos processos desterritorializadores (a dita "globalização") não passa de uma nova roupagem para essa "antiga" concepção: a regionalização operada pelo movimento do capital internacional refuncionalizaria as regiões (e agora até os Estados nacionais), reduzindo-as a meras escalas do "global".

de formação sócio-espacial firmou-se, o mesmo não ocorreu com as regiões; para estas, preferiu-se sempre “leituras” a partir dos processos de regionalização ditados a partir desses Estados nacionais ou por esses capitais “externos”.

Com efeito, parece mais visível no âmbito do Estado nacional a resolução de conflitos inter e intra-classes sociais através da coerção pura ou da legitimação (como por intermédio de um projeto de desenvolvimento que envolva amplos interesses de classes). Ainda, é através da ação normatizadora ou interventora do Estado que podem materializar-se reivindicações culturais e políticas de grupos sociais:

Enquanto sociedade global, portanto, cabe ao Estado regulamentar e combinar as relações existentes no seio dos grupos políticos que o cercam, seja os grupos territoriais, seja os grupos funcionais, como os partidos políticos ou os grupos de pressão. Para isso, diz Max Weber, ele 'reivindica com sucesso, por sua própria conta, o monopólio da violência física legitimada'. (NAVARRO DE BRITTO, 1986:10)

Contudo, é preciso destacar que a teoria marxista, por seu conteúdo político revolucionário explícito, privilegiou “leituras” do capitalismo a partir das realidades nacionais. Por isto, não preocupou-se em desenvolver de modo mais completo uma teoria do Estado e, ainda menos, uma “teoria regional”. Uma teoria do Estado mais “flexível” somente seria proposta por A. Gramsci, quando os socialistas italianos perceberam que seria necessária uma aliança social e espacial (incluindo o “Mezzogiorno”) ampla em torno do liberalismo democrático para deter a ascensão fascista. Uma análise “marxista” regional ainda esperaria algum tempo, até que MARKUSEN (1981) afirmasse a persistência de relações sociais regionais mesmo diante do avanço do capitalismo monopolista de Estado, indicando que apenas um estudo de caso poderia determinar o conteúdo social desses regionalismos.

Somos da opinião que uma teoria regional “marxista” é possível porque a região tem concretude enquanto construção social. As relações sociais, culturais, políticas e econômicas podem também manifestar uma base regional. Evidentemente o geógrafo pode, a mando dos políticos, continuar “criando” regiões (como as regiões de planejamento), mas também pode “apenas” estudar as regiões construídas socialmente, do mesmo modo como hoje se faz com as nações.

Nossa proposta é de que, assim como o par instituições nacionais/identidade nacional determina a existência de formações sociais nacionais, também o par instituições regionais/identidade regional determine a existência de formações sociais regionais:

(...) todo Estado é, ao mesmo tempo, origem e reflexo de uma formação econômica e social. (BRUNEAU apud RAFFESTIN, 1993)

As instituições regionais, a exemplo de suas homólogas nacionais em relação aos nacionalismos, teriam a possibilidade de expressar as especificidades dos regionalismos culturais e políticos (que são totalmente endógenos em relação à região) e de efetivar as reivindicações desses regionalismos em relação aos

próprios processos de regionalização. Não podemos esquecer, por exemplo, que para estados federais a composição dos parlamentos apresenta freqüentemente clivagens regionais, e que esses regionalismos podem funcionar também como uma força ativa diante da economia. Para o caso brasileiro, ABRANCHES (1988), baseando-se na análise de períodos democráticos, demonstrou que o preenchimento das pastas ministeriais do Executivo da República ocorre também mediante partilha entre os Estados de maior peso político na “coalizão presidencial”.

Evidentemente, para que determinadas instituições estatais regionalizadas tornem-se verdadeiras instituições regionais, é preciso que sejam capazes de fomentar uma forte identidade regional, garantindo tanto a coesão regional em termos sócio-culturais e sócio-políticos, como a mobilização das forças sociais regionais no sentido de fazer valer determinadas aspirações regionais em nível nacional.

Elementos comuns entre Estado nacional e Estado regional

Já no século XVIII, ROUSSEAU (1765) falava aos governantes da Córsega que para o sucesso de seu novo Estado nacional seria necessário construir uma unidade entre Estado e povo através de um Estado que interpretasse corretamente os costumes do povo corso. Dois séculos depois, LAFONT (1967), pensando uma forma de combater o centralismo do Estado francês, propunha agrupar os pequenos departamentos franceses (braços do aparelho de Estado unitário) em algumas grandes unidades políticas, dotando-as de executivo, legislativo e judiciário próprios, para que fossem capazes de efetivar as aspirações de identidade regionais. Lafon apenas propunha para o caso regional a mesma “unidade Estado-povo” da qual falava Rousseau.

Para determinar como se forma essa unidade Estado-povo torna-se necessário o exame do conteúdo da relação Estado-identidade territorial, o que buscamos através de duas teses em voga nas teorias historiográficas sobre o nacional.

Primeira tese – A preexistência de identidades burocráticas de Estado pode facilitar a cristalização de identidades nacionais até então apenas embrionárias (ANDERSON, 1989), como atestariam esses dois exemplos: a) as “recém-independentes repúblicas sul-americanas” de colonização hispânica foram “unidades administrativas entre os séculos XVI e XVIII”; b) a importância do aparelho burocrático do poder dinástico para formar as línguas populares na Europa, que mais tarde serviriam de base para delimitar o espaço dos nacionalismos.

Segunda tese – A idéia moderna de nação é um produto histórico da ascensão do liberalismo (HOBBSBAWN, 1990): o Estado nacional seria uma “necessidade histórica” por possibilitar o desenvolvimento de uma série de tarefas vitais para a reprodução de qualquer sociedade baseada em relações de trabalho capitalistas, tais como a criação de sistemas educacionais, militares, jurídicos e administrativos, o planejamento da infra-estrutura nacional e a garantia de unificação do mercado nacional.

Estas teses afirmam, respectivamente, a *precedência dos nacionalismos e dos Estados na formação da nação moderna*. Ora, admitindo-se uma certa similaridade em nível institucional e de identidade entre nação e região, na modernidade, não poderíamos também considerar os regionalismos e os Estados regionais como precedentes à formação da região moderna?

RICQ (1983) distingue região administrativa e região institucional, já que esta última iria além de um simples braço da administração central, constituindo-se num poder regional fundado sobre uma territorialidade política capaz de externar o conteúdo específico de relações sociais regionais. TOLEDO JR. (1996) propôs o conceito de “solidariedade institucional” em torno de aparelhos estatais, inclusive os Municípios e Estados brasileiros.

A teoria regional aqui esboçada deve demonstrar sua coerência através do estudo empírico da gênese dos Estados regionais e das identidades regionais, comprovando a relação entre ambos. Se aceitarmos como ponto de partida os mesmos fundamentos que orientam a teoria do Estado nacional, então o “Estado-região” poderia surgir de duas situações:

- 1) quando um regionalismo antecede a um “Estado-região”: as forças sociais regionais, ao tornarem-se hegemônicas regional e nacionalmente (como no caso de constituição de um pacto federativo), podem reivindicar a institucionalização de seu poder regional (legislativo, judiciário e executivo regionais, bancadas regionais no Parlamento nacional);
- 2) quando instituições administrativas regionalizadas pelo poder central antecedem os regionalismos: então essas próprias instituições podem contribuir para a criação de uma solidariedade regional, condicionando a “peregrinação” de uma burocracia ao regional, bem como facilitando a criação de um elo entre essa burocracia regional e os cidadãos sob sua jurisdição; em outras palavras, a solidariedade institucional é que evolui para uma identidade regional.

Novamente, tal como na nação moderna, somente um estudo de caso pode determinar se é o regionalismo ou o aparelho de Estado regionalizado que antecede a região moderna. Contudo, a presença de ambos é fundamental para determinar a própria existência dessa região.

Essas duas teses visam fundamentar nossa proposta de compreensão de certos estados brasileiros como regiões, como o caso do Rio Grande do Sul, pois além da solidariedade institucional ou estatal (o “sul-rio-grandense”) há um conjunto de práticas sociais (políticas, culturais e econômicas) eminentemente regionais que influenciam e são influenciadas pelo aparelho de estado regional.

Sobre a autonomia dos Estados regionais na atualidade

O único processo político capaz de efetivamente enfraquecer os poderes estatais de base territorial seria o contínuo aperfeiçoamento dos processos integracio-

nistas em nível comunitário que entretanto, salvo a União Européia (UE), não tem evoluído além da constituição de meros acordos comerciais preferenciais:

Em princípio, as zonas de livre-comércio (...) não teriam bases econômicas suficientemente sólidas se as negociações multilaterais do GATT levassem, com o tempo, a um cenário de abertura muito ampla das economias domésticas (...) Analistas de grande credibilidade chegam a afirmar que só com o enfraquecimento do multilateralismo foi possível estimular a eclosão dos regionalismos. (SAINT-LOUIS, R. In: LAVINAS, 1994:103)

Qualquer processo de “globalização” (em verdade, ocorrem “processos de regionalização”), seja a liberalização comercial ou financeira, a constituição de redes técnicas mundiais, ou a expansão das multinacionais, tem dependido das decisões nacionais. Mesmo as decisões da Corte de Justiça Européia retornam aos Estados nacionais para sua aprovação. E ainda que a UE venha a efetivar o projeto de integração política total, seria oportuno falar antes da ampliação da noção de “nação” para a dimensão européia do que do triunfo da “globalização”.

As reivindicações autonomistas na Europa Ocidental

Apesar das diferenças significativas entre Brasil e Europa, já que nesta última existem questões étnicas e religiosas históricas, a comparação entre suas respectivas questões autonômicas regionais torna-se possível pela similaridade de suas agendas político-econômicas: reforma do Estado, processo integracionista subcontinental, liberalização comercial, os parcos benefícios de uma inserção total na ordem econômica “global” defendida pelos EUA.

O desenvolvimento de movimentos autonomistas na Europa Ocidental tem se diferenciado do observado no lado Oriental, ao que parece fundamentalmente por conta das características dos modelos econômicos e políticos seguidos. Contrastando com o isolacionismo político e econômico, os países do lado Ocidental experimentaram uma complexa experiência integracionista entre suas economias nacionais. O resultado é que os autonomismos regionais desta parte do continente europeu, ao invés de enveredarem pelo caminho da separação, preferiram reagir à condição periférica ou então “livrar-se” das regiões mais atrasadas mantendo a unidade nacional, reivindicando o repasse de mais competências dos Estados nacionais ao mesmo tempo que mantêm suas estruturas econômicas “abertas” através do reconhecimento do poder de Bruxelas. Neste contexto, as “saídas” seccionistas tornam-se menos atraentes para as sociedades regionais do que a negociação com seus respectivos poderes centrais.

O caso italiano – A “Liga Norte” é um movimento que reivindica uma república autônoma congregando a planície do Pó, Lombardia, Vêneto e Toscana. Esta área tem base econômica em

(...) centenas de milhares de pequenas empresas familiares – com menos de 10 assalariados – altamente disciplinados, e com farto poder de fogo nas exporta-

ções (...). A este (o norte italiano) só interessa descentralizar o governo, cortar subsídios e retomar a autoridade sobre impostos às regiões. (ESCOBAR, GAZETA MERCANTIL, 21/06/96)

Enquanto isto, o capital monopolista nacional (IRI, Fiat, Olivetti, Pirelli, Ferruzzi-Montedison.), localizado basicamente nas grandes cidades próximas de Roma, anda mal. Assim, parece que a crise de identidade italiana tem relação com o “modelo” econômico seguido, ou como diz Escobar, parece ser antes uma “*crise de Estado que uma crise de nação*”.

O desenvolvimento econômico italiano atual parece depender da pequena e média empresa artesanal de base regional, único setor que demonstrou ser capaz de responder rapidamente à mudança da ênfase nas relações de trabalho do “fordismo” para a “produção flexível”. Também a alternativa de desenvolvimento econômico baseado na retomada do planejamento nacional “integrado” provavelmente teria que passar pelo regional, num momento em que a sensibilidade regional está aguçada.

O caso espanhol – A ditadura franquista representou a repressão aos movimentos autonomistas regionais com justificativa na “segurança nacional”. Mas o contexto histórico se modificaria; a “guerra fria” foi encerrada e a Espanha aderiu à Comunidade Européia. A nova Constituição da Espanha redemocratizada, refletindo essas mudanças, garantia reivindicações autonomistas regionais históricas.

O recrudescimento dos regionalismos autonomistas na Espanha, longe de significar um “retorno à barbárie”, está coadunado com o europeísmo:

(...) em todas essas Comunidades-Regiões existe um desejo mais ou menos larvado de estar presentes, com peso próprio e personalidade concreta se possível, no Parlamento europeu. (BOSQUE MAUREL. In: SANTOS, 1994)

2. A TRADIÇÃO AUTONOMISTA NO BRASIL: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

Os movimentos autonomistas no Brasil surgiram já nos primórdios de sua independência política. As oligarquias agrárias periféricas (não-cafeeiras) buscaram na proposta federativa uma alternativa ao “projeto centralizador bragantino” (PICCOLLO, 1991), que representava uma aliança entre a “Corte” e os cafeicultores escravocratas. A própria Revolução Farroupilha (1835-45), que evoluiu do federalismo para o separatismo, constitui-se numa das típicas revoltas provinciais do 1º Império.

Somente com a República o Estado brasileiro adotaria o princípio federativo, ainda que mantendo a hegemonia dos cafeicultores (agora da fração mais moderna, a que utilizava trabalho livre). O Estado brasileiro passava por reformas liberais, destruindo os resquícios do Estado dinástico e do sistema escravocrata. Neste contexto, de incorporação (ao menos formal) do “povo” ao projeto de cidadania brasileira, a questão da identidade (tanto nacional como regional) coloca-se de modo mais

agudo. Afinal, agora que o Estado deixava de ser visto como produto da herança divina tornava-se necessário construir um pacto social nacional de sustentação.

2.1. As origens da região moderna e do regionalismo gaúchos

Os regionalismos modernos podem ser compreendidos como movimentos sociais que visam a formação de Estados regionais completos para que, a partir destes, possam tanto resolver os conflitos sociais internos como estabelecer um contato institucionalizado com o “restante” da “comunidade nacional”.

É assim que agora trataremos de determinar em que condições se forma uma identidade regional gaúcha. Nos bancos escolares estaduais se fala da Revolução Farroupilha como o elemento central da identidade regional gaúcha. Contudo, as reivindicações dos “farroupilhas” visavam apenas atender aos interesses dos senhores de terra, gado e escravos da área da Campanha. Os princípios políticos “liberais” defendidos pelos pecuaristas, o republicanismo e o federalismo, não tinham correspondente num projeto econômico de interesse geral, isto é, efetivamente regional, tanto é que a “sociedade litorânea” permaneceu fiel ao Imperador durante todo o conflito.

As relações de trabalho escravistas e o latifúndio pecuarista obrigavam os pecuaristas da Campanha à defesa de práticas mercantilistas não-capitalistas. Defendiam apenas o controle do aparelho de Estado regionalizado do Império, e em momento algum foram a favor do livre mercado e da livre iniciativa (aliás, também os cafeicultores misturavam as esferas pública e privada). Efetivamente, acreditamos que nesta época não haveria ainda uma região moderna no Rio Grande do Sul, pois a divisão social e territorial do trabalho era incipiente e apenas local (a “Campanha”). Como falar em identidade gaúcha para um negro cativo nas estâncias e nas charqueadas? Sem dúvida, o liberalismo político não se casava com as práticas sociais deste período.

A República organizara-se com base no modelo federativo, garantindo autonomia para os aparelhos de Estado regionais. Autonomia esta que poderia viabilizar o exercício direto da hegemonia política regional por determinadas classes e/ou grupos sociais. A conquista desse poder regional dependeria da capacidade de articulação de um projeto de hegemonia (que se justifique socialmente). É nesta época que inicia-se a construção de uma identidade regional gaúcha. Se na Campanha o “agregado” era lentamente incorporado por formas mais modernas de organização das relações de trabalho (OLIVEN, 1990), na “Serra” e no litoral o desenvolvimento das formas de trabalho livres ocorria a passos largos, permitindo pela primeira vez uma organização do trabalho social em bases efetivamente regionais e viabilizando a generalização do termo “gaúcho” para todo habitante do Rio Grande do Sul. A Campanha não assistiu a essas transformações econômicas e políticas de “braços cruzados”; diversas revoltas ocorreriam durante a República Velha, atestando o descontentamento dos “coronéis” pecuaristas em relação a perda do poder político. O velho regionalismo coronelista versus o moderno regionalismo dos “positivistas”!

Sé é verdade que também os republicanos “positivistas” – que dominaram o Estado por toda a República Velha – utilizaram-se das mesmas práticas coronelistas dos latifundiários da Campanha, também é verdade que implementaram um programa revitalizador da economia regional, voltado para os interesses do conjunto das classes produtoras, como a modernização da infra-estrutura de transportes (OLIVEN, 1990).

O regionalismo “oficial” deveria justamente atender ao propósito de possibilitar a legitimidade social para as classes e grupos politicamente hegemônicos. Assim, não importava se os “farrapos” tinham defendido interesses que nada tinham a ver com o projeto positivista (“ordem e progresso”), tampouco que também a oposição pecuarista gasparista e assisista tenha reivindicado como sua a bandeira farroupilha, a velha bandeira tricolor dos “farrapos” seria resgatada como pavilhão oficial do novo Estado gaúcho, agora num contexto liberal.

A construção (social) do imaginário de “comunidade regional”

O regionalismo gaúcho, como qualquer outro nascente movimento de identidade de base territorial, precisava construir um passado de “unidade regional”. Nesse sentido, o tradicionalismo despontaria como o grande *achado* para os republicanos/liberais rio-grandenses. Novamente Oliven destaca que as primeiras entidades tradicionalistas gaúchas surgem na República: a primeira, o *Grêmio Gaúcho de Porto Alegre*, de 1898, fora fundada pelo republicano e positivista João Cezimbra Jacques. A produção de uma literatura regional enfatizando a “originalidade” do Rio Grande do Sul e seu papel de destaque na Federação brasileira também seriam incentivados pelos positivistas.

O tradicionalismo passaria por avanços e recuos até que, no final da década de 1940, surgisse o primeiro *Centro de Tradições Gaúchas* (CTG), agora evoluindo de modo mais autônomo em relação ao Estado e as elites regionais (OLIVEN, 1990). Desde então, o tradicionalismo tornou-se uma cultura de massas no Estado e mesmo fora dele, nas áreas de migração gaúcha.

Contudo, apesar da maior autonomia do movimento tradicionalista, e mesmo nos períodos centralizadores e autoritários da vida política nacional, a construção ideológica da identidade gaúcha continuou. É assim que em 1964 é aprovada lei estadual oficializando a Semana Farroupilha. Em 1966, também o hino farroupilha passa a ser o do Estado. Em 1988, outra lei estadual determina a obrigatoriedade do ensino de folclore em toda a rede escolar estadual.

A constante reatualização do discurso regional

O exame do conteúdo histórico do regionalismo “oficial” gaúcho demonstra que alguns de seus traços ideológicos sofreram grandes mudanças; afinal, também mudou a correlação de forças entre as classes e grupos sociais tanto no contexto regional como no nacional. O quadro nº 01 visa demonstrar que mes-

mo a tão propalada característica autonomista do regionalismo gaúcho, em determinados períodos, foi desprezada em prol do destaque da identidade do Rio Grande do Sul com o Brasil.

QUADRO Nº 01 – PERIODIZAÇÃO DO DISCURSO OFICIAL DO ESTADO GAÚCHO

MOMENTO HISTÓRICO	DISCURSO	FORMA DE ESTADO DEFENDIDA	ÊNFASE DISCURSIVA
Império	autonomismo	federalismo	peculiaridades regionais
República	integração	centralismo	brasileiridade do gaúcho
Nova República (déc. 80 até hoje)	híbrido	federalismo	gaúcho brasileiro

QUADRO ORGANIZADO PELO AUTOR.

3. O DISCURSO SEPARATISTA NO REGIONALISMO GAÚCHO

As construções de identidades envolvem a dimensão classista, mas também tem certa transcendentalidade ao se reportarem, por exemplo, a características ambientais e históricas específicas vividas por um coletivo. A questão do uso ideológico da (re)construção do regionalismo remete então tanto à forma em que se dá a hegemonia de um dado grupo ou classe social sobre o poder regional, como às características do projeto de sociedade regional desenvolvido a partir desse poder.

Particularmente, por discordar da tese da origem “caudilhesca” do regionalismo moderno gaúcho, não situaria no aspecto classista os principais traços negativos dessa identidade regional, e sim na excessiva valoração do pólo “alteridade”.³

O resgate do discurso separatista

Na década de 80, diante do aparente esgotamento dos efeitos do “discurso da crise e marginalização” como forma de barganhar junto ao poder central, o governo gaúcho decidiu ousar resgatando o discurso separatista:

O recurso à imagem do sofrimento que o Brasil está impingindo ao Rio Grande do Sul e à necessidade de tomar medidas drásticas que poderiam no limite ir até a separação tornaram-se relativamente freqüentes. Assim, em 1984, o então

³ Ressaltamos que não se trata de negar a validade do regionalismo gaúcho, que afinal tem conseguido repor os elementos de coesão regional a cada nova modernização pela qual passa o país, e também conquistar junto à Federação algumas das reivindicações da sociedade gaúcha (como por exemplo, créditos federais para pequenos produtores rurais).

Secretário de Justiça do Estado (Jarbas Lima) mandou publicar uma 'Carta aos Libertadores' (...) em que afirmava que 'A Federação é uma farsa! O centralismo financeiro está levando os Estados à insolvência (...). Jamais acalentamos o espírito divisionista, mas as razões de hoje são mais fortes que as de 35'. (OLIVEN, 1988)

Em 1985, quando das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o discurso oficial do Governo gaúcho passava a enfatizar as diferenças do Rio Grande para com o Brasil.⁴

Em verdade, o real objetivo do governo gaúcho era a repactuação federativa (sobretudo a descentralização fiscal), para isto se valendo da “ameaça” separatista. O resgate do separatismo não traria maiores consequências para a integração nacional, uma vez que o Rio Grande já estava plenamente integrado ao mercado nacional (OLIVEN, 1988).

Entretanto, em 1990, ressurgiriam grupos separatistas agora autônomos em relação ao Estado. A questão merece reflexão no momento em que inclusive pesquisadores de renome, como A. Camargo, tem dado declarações quanto a um possível agravamento da “crise de identidade nacional” devido as características da abertura econômica em curso no país (GAZETA MERCANTIL, 27/10/92).

3.1. A atual modernização capitalista e o regionalismo gaúcho

Ainda que o Rio Grande constitua-se num dos principais exportadores brasileiros e que a liberalização comercial brasileira tenha significado um grande crescimento de suas importações de modo a vinculá-lo mais aos mercados exteriores, tende a prevalecer sua situação histórica de maior dependência do mercado interno regional e do mercado nacional (ver tabela nº 01).

TABELA Nº 01 – COEFICIENTE DE ABERTURA DA ECONOMIA GAÚCHA, EM % – 1960/93

ANOS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	total	mercado nac	mercado ext	total	mercado nac	mercado ext
1960(1)	33	30	03	31	25	6
1970(1)	38	29	09	33	25	8
1980(1)	54	42	12	55	44	11
1985(1)	57	41	16	46	43	3
1992(2)	-	-	12.6	-	-	-
1993(2)	-	-	13.5	-	-	-

FONTES: SECRETARIA DA FAZENDA/RS e FEE.

IN: LAGEMANN & BORDIN, 1993 (1). REV. AMANHÃ, ABRIL DE 1994 (2).

⁴ Ao contrário, quando das comemorações do centenário da “Revolução” em 1935, o discurso oficial enaltecia as semelhanças do Rio Grande com o Brasil. Nesta época, apenas iniciava-se a integração do mercado nacional, e as classes produtoras gaúchas tinham interesse em sua consolidação.

A tabela acima ainda demonstra que a economia regional vem perdendo peso relativo desde, pelo menos, a década de 60, o que se constituiria no principal obstáculo a qualquer proposta no sentido da reconstrução de uma economia regional autárquica (típica de regionalismos de caráter anti-monopolista).

Também deve ser observado que para economias estaduais periféricas como a gaúcha⁵ ainda existem amplas possibilidades de desenvolvimento através da (re)articulação de um novo pacto federativo capaz de retomar o planejamento econômico nacional. O desenvolvimento de um modelo econômico sem os vícios concentradores, de ordem social e espacial, de seus congêneres do passado (cujos efeitos podem ser observados na tabela nº 02) exige a participação ativa dos “Estados-regiões”.

TABELA Nº 02 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS NO TOTAL DO PIB E NO TOTAL POPULACIONAL BRASILEIRO, EM % - 1970/90

UF	% TOTAL DO PIB			% TOTAL POP
	1970	1980	1990	
SP	39.4	37.8	32.8	21.47
RJ	16.1	13.3	11.4	8.70
MG	8.3	9.6	10.1	10.71
RS	8.7	8.0	7.4	6.22
PR	5.5	5.8	6.3	5.75

MACROREGIÃO	% TOTAL DO PIB			% TOTAL POP
	1970	1980	1990	
NORDESTE	12	12.1	15.8	28.91
SUL	17	17.2	16.8	15.05
SUDESTE	65	62.2	56.2	42.65
CENTRO-OESTE	3.7	5.1	5.8	6.41
NORTE(*)	1.8	2.7	4	5.98

(*) APENAS AMAZONAS E PARÁ.

PONTE: REV. AMANHÃ, ABRIL 1994.

⁵ Ainda que o Rio Grande do Sul apresente indicadores sociais mais favoráveis que os demais Estados, também por conta de fatores eminentemente endógenos, como a estrutura fundiária mais equilibrada de sua metade norte tanto nas relações federais fiscais como comerciais, parece que o Estado tem sofrido certos prejuízos. A análise da Balança Comercial do Rio Grande do Sul demonstra que, de 1980 a 1986, em apenas um destes anos o Estado obteve saldo positivo no mercado nacional, ainda que os outros anos fossem compensados pelos superávits nos mercados exteriores (LAGEMANN & BORDIN, 1993). Também quanto aos Orçamentos Gerais da União, o Rio Grande do Sul tem freqüentemente aparecido nas últimas posições em valores per capita.

Mas poderia ser alegada na Federação uma condição periférica do Rio Grande do Sul? Para Bandeira, não haveria propriamente uma crise econômica regional, mas uma crise nacional:

(...) o desempenho da economia gaúcha nos 40 anos analisados neste trabalho (1940/80)... (permite afirmar que) o desempenho da participação rio-grandense no produto gerado pela economia do País não levou a uma redução, em termos comparativos, da renda média por habitante. Ocorreu exatamente o contrário: a renda per capita gaúcha tornou-se cada vez mais elevada do que a média nacional. (BANDEIRA, 1988:74)

O economista corretamente aponta que sobretudo o setor de *agribusiness* gaúcho viu surgir novas áreas produtoras com a expansão da fronteira agrícola brasileira, sem que isto tenha significado um declínio dos valores totais da produção agropecuária regional. Contudo, acreditamos que é possível falar em uma crise especificamente regional no Rio Grande do Sul, já que a própria crise nacional não atingiu a todos os Estados na mesma intensidade. Bandeira não contabiliza como “perdas” a migração de centenas de milhares de gaúchos para outros Estados, que certamente em muito contribuiu para a manutenção da renda per capita regional em níveis elevados. Apenas como contraponto, São Paulo, no mesmo período, viu crescer sua renda ao mesmo tempo que recebia levas de migrantes nordestinos.

O regionalismo oficial tem reivindicado com certa propriedade correções nos mecanismos compensatórios federativos e uma maior participação do Estado gaúcho nas decisões nacionais, contudo tem sido omissos quanto à defesa de um novo pacto federativo capaz de retomar o planejamento nacional “integrado”.

O discurso regional hoje

Um comparativo dos dois últimos governos estaduais também evidencia a constante reatualização do discurso político regional.

No governo anterior, o então Governador Alceu Collares pronunciou-se publicamente contra as “elites nordestinas”, responsabilizando-as pela “evasão de recursos” do Estado (ZERO HORA, 23/11/92; ISTO É, 02/06/93).

Já a agenda regional do atual governo tem deixado de lado as críticas mais radicais à Federação para concentrar-se na modernização do Estado, incluindo o aproveitamento das vantagens locais em relação ao Mercosul (HEIDRICH, 1997). Por certo, essa decisão da atual administração também deve-se ao fato de que o Governador Antônio Britto pertence a um partido que integra a “coalizão presidencial”, a qual também inclui o PFL “nordestino”. Outro acontecimento favorável para esta reatualização do conteúdo do regionalismo oficial é a retomada do crescimento econômico brasileiro, que tem repercutido favoravelmente na economia gaúcha. Resta determinar se quando esgotado esse ciclo de crescimento baseado na entrada de capitais externos novamente o regionalismo

oficial gaúcho não virá a priorizar a questão da distribuição inter-regional dos fundos públicos federais e a composição política regional das instituições federais.

As perspectivas do regionalismo oficial gaúcho estão atreladas à evolução da economia regional em relação à integração comercial do Mercosul. Contudo, mesmo no pior cenário para a economia gaúcha, dificilmente as “forças centrífugas” terão força suficiente para vencer a atração exercida pela economia nacional sobre a economia gaúcha.

3.2. Para onde vai a proposta separatista?

Ao longo deste artigo esclarecemos que a determinação de um caráter arcaico ou moderno para um regionalismo exige o método do estudo de caso, o que faremos neste subitem, analisando o discurso identitário de grupos separatistas gaúchos.

As origens – Após duas décadas de ditadura militar (1964-1984/85) e de uma prolongada crise econômica que refletiu-se numa crise de Estado, a redemocratização da vida brasileira é acompanhada também do ressurgir de movimentos autonomistas visando a emancipação de distritos,⁶ a divisão de Estados e até a secessão.

Os primeiros grupos separatistas gaúchos contemporâneos surgiram em 1990, entre eles o de maior repercussão, o “Movimento República do Pampa Gaúcho” (MRPG), liderado por Irton Marx. O papel da imprensa regional e nacional foi curioso, ao invés de um debate esclarecedor, preferiu a exploração de matérias sensacionalistas em torno da figura caricata de I. Marx.

Efetivamente, se reduzirmos as propostas dos grupos separatistas gaúchos ao MRPG e de seu líder, poderia parecer que o separatismo manifestaria traços arcaicos do regionalismo gaúcho. Os panfletos do MRPG reportavam ao passado gaúcho de equilíbrio fundiário, propondo ainda o controle estatal sobre o capital industrial e o monopólio estatal sobre o capital financeiro, bandeiras que sem dúvida destoam daquelas de qualquer movimento regionalista euro-ocidental sério.

Contudo, a lista de grupos separatistas que elaboramos em 1994 incluía, além do MRPG (organizado em Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo), o “Partido da República Farroupilha” – PRF (Porto Alegre), o “Movimento Pátria Livre” (Porto Alegre), a “Frente pela Autodeterminação do Sul” (Santa Maria), o “Movimento o Sul é o meu País” (Curitiba), o “Movimento Republicano de São Paulo”, a “Sociedade dos Separatistas Paulistas de Rio Claro” e até a organização do I Encontro Nordeste Independente. O PRF, a título de exem-

⁶ RÜCKERT (1985) demonstrou através do estudo de caso da emancipação de Jóia (RS) que a proliferação do número de municípios também pode ser parcialmente explicada pelas novas demandas, como a expansão da infra-estrutura ou do setor de serviços, criadas pela modernização capitalista em curso.

plo, defendia a separação apenas com base no direito de “autodeterminação dos povos”. Considere-se ainda que um Estado independente gaúcho não teria necessariamente o perfil imaginado por quaisquer desses grupos, uma vez que a eventual massificação do movimento colocaria em cena outros grupos sociais.

Além disto, o ritmo da atual modernização regional indica uma capacidade de rápida reorganização da sociedade gaúcha frente aos novos parâmetros de competitividade, como nos casos da pequena produção mercantil (sustentáculo de grandes agroindústrias exportadoras) e da empresa familiar (que tem realizado parcerias com grupos internacionais). Esta característica regional gaúcha tem propiciado um relativo crescimento de sua economia, contribuído para a redução dos eventuais efeitos desintegradores da abertura comercial brasileira.

Uma análise da distribuição espacial dos grupos separatistas também reforça o argumento contra a tese de que seriam uma retomada de uma antiga “linha” separatista do regionalismo gaúcho, pois por um lado esses grupos não estão restritos ao território gaúcho e, por outro, aqueles que estão se localizam basicamente na metade norte ou na capital do Estado, portanto, fora da área da Campanha, berço geográfico do movimento separatista do século passado.

Em 1997, localizamos em Passo Fundo membros do “Movimento o Sul é o meu País”, que agora também agrupa antigos militantes migrados do grupo de Irton Marx. Esses ex-militantes do MRPG, provavelmente ressentindo-se da falta de apoio na sociedade regional, além da coação da Justiça e da Polícia Federal (que cogitou até a reedição da velha lei de “segurança nacional”), decidiram militar no grupo que tem defendido a bandeira confederalista para o sul do Brasil.

Em verdade sequer pode-se falar propriamente em um “movimento” separatista gaúcho, como demonstra a pequena militância reunida nesses grupos. O eleitorado e a classe política gaúcha não parecem inclinados a aderir à causa separatista, pois o regionalismo oficial ainda tem demonstrado vigor no encaminhamento de reivindicações regionais junto às instituições federais.

Além disto, a autonomização da causa separatista acabou inclusive sendo utilizada para fortalecer o próprio discurso regional oficial. Basta acompanhar as declarações de Collares à época: *“A semente do separatismo é a injustiça da representação parlamentar”* (ZERO HORA, 23/11/92), que aliás já haviam sido utilizadas pela oposição (ISTO É, 11/12/91). O governo Collares não precisou resgatar artifícios do tipo “Carta aos Libertadores” para pressionar o poder central, afinal, a “ameaça separatista” já existia “de fato”.

CONCLUSÕES

A história do regionalismo oficial gaúcho é a própria história de sucesso da construção de todo um ideário regionalista em torno da solidariedade institucional representada por aparelhos de Estado regionalizados. A constante reatualização desse “discurso regional” é profundamente facilitada por relações sociais

(regionais) de trabalho perfeitamente coadunadas com a lógica de reprodução do sistema capitalista e pela perspicácia dos grupos políticos hegemônicos regionais em dar forma política aos anseios dessas classes e dos grupos sociais.

Essa forte identidade regional (cultural e política) e a existência de instituições regionais, reunidas num conjunto que conceituamos como “Estado-região”, têm possibilitado tanto a resolução de conflitos sociais internos como o encaminhamento de reivindicações regionais junto à Federação.

Outro aspecto é que a sociedade gaúcha tem optado pela brasilidade, pois mesmo com a migração de centenas de milhares de agricultores para outras regiões e sem a contrapartida de alocação de investimentos produtivos estatais, como no Sudeste do país, vem descartando o reducionismo presente nas atuais fórmulas seccionistas. Políticos e intelectuais têm se mostrado conscientes quanto às possibilidades de desenvolvimento reservadas ao projeto nacional brasileiro, ainda que atualmente este não esteja claro. E sem o apoio destes, os grupos separatistas têm poucas perspectivas de alcançar um movimento regional-popular.

Parece que o MRPG cometeu grave erro tático ao enfatizar que um “Estado nacional gaúcho” já estaria em construção, ao invés de defender um gradativo autonomismo regional, inclusive como forma de flexibilização política frente aos novos desafios lançados pelo Mercosul e pela abertura econômica nacional.

Quanto à mudança de discurso do regionalismo oficial gaúcho para pontos mais pragmáticos, não significa necessariamente que foram exorcizados antigos fantasmas, como um certo “ar de superioridade”, principalmente em relação às sociedades regionais nordestinas. O Rio Grande do Sul deve ter consciência de que sua influência política na Federação somente mostrou-se decisiva quando foi capaz de articular alianças amplas (como a da “Revolução de 30”) e que tanto o novo pacto federativo como a retomada do desenvolvimento nacional “integrado”, voltados sobretudo para o desenvolvimento das regiões periféricas, exigem que se saia do isolacionismo político regional no qual o país se encontra atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. de. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Rio de Janeiro: 1988, v. 31, nº 1.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BANDEIRA, P. *O RS e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira (1940-80)*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BOSQUE MAUREL, J. “Globalização e regionalização: da Europa dos Estados à Europa das regiões. O caso da Espanha”. In: SANTOS, M. et alii (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CASTILLO, R. “Solidarites géographiques”. Saint-Dié-des-Voges: 7º Festival Internacional de Géographie, 3-6 octobre 1996.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

- HEIDRICH, Á. L. *Regionalismo, desenvolvimento econômico e identidade cultural no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em andamento. FFLCH/USP.
- HOBSEBORN, E. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LAFONT, R. *La révolution régionaliste*. Paris: Éditions Gallimard, 1967.
- LAGEMANN, E. & BORDIN, L. C. "Federalismo fiscal no Mercosul". CADERNO VII. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, junho de 1993.
- MARKUSEN, A. "Regionalismo: um enfoque marxista". ESPAÇO E DEBATES. São Paulo: Cortez, 1981, 2(1).
- MARTINS, P. H. "Estado, Espaço e Região: novos elementos teóricos". GEONORDESTE. 1985, ano II, nº 2, pp. 1-13.
- NAVARRO DE BRITTO, L. *Política e espaço regional*. São Paulo: Nobel, 1986.
- OLIVEN, R. G. "O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida". PPG ANTROPOLOGIA SOCIAL. Porto Alegre: IFCHL/UFRGS, julho de 1988, nº 11.
- _____. "O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho". CADERNOS DE ANTROPOLOGIA. Porto Alegre: IFCHL/UFRGS, 1990, nº 1.
- PICCOLO, H. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RICQ, C. "La région, espace institutionnel et espace d'identité". ESPACES ET SOCIÉTÉS. Paris, 1983, nº 42, pp. 65-78.
- ROUSSEAU, J. "Projet de constitution pour la Corse (1765)". POLITICAL WRITING OF... Cambridge: Cambridge University, 1915.
- RÜCKERT, A. A. "Emancipações distritais – notas de discussão". HÍFEN. Uruguaiana: FFCL, 1985, v. 10 (18/19).
- SANTOS, M. "Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método". BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. São Paulo, junho 1997, nº 54.
- SAINT-LOUIS, R. "Impactos econômicos da ALENA e do ALECEU..." In: LAVINAS, L. et alii (orgs). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

* Geógrafo e Licenciado em Geografia pela UFRGS. Mestrando em Geografia Humana pela USP. Bolsista do Programa Especial de Treinamento – CAPES.